

# TERCEIRO MANDATO DO PRESIDENTE LULA: UMA REPRISE DO SEGUNDO GOVERNO DILMA (2014-2016) NA ECONOMIA?

English title: *PRESIDENT LULA'S THIRD TERM: A RERUN OF THE SECOND DILMA ADMINISTRATION (2014-2016) IN THE ECONOMY?*

 DOI NUMBER: 10.33726/akedia2447-7656v17a112025p62a80

CARVALHO, Celso Almeida de<sup>1</sup>

**RESUMO:** A Presidente Dilma Rousseff, eleita para o segundo mandato, de 2014 a 2016, sofreu processo de *impeachment*, em decorrência de um conjunto de medidas desastrosas na condução da economia, fato que desencadeou uma inflação descontrolada, acima do centro da meta, desaceleração da economia, baixo ritmo de crescimento, fragilização dos indicadores fiscais, tudo isso, aliado ao desequilíbrio externo, alta dos preços dos alimentos e da cesta básica, *deficits* fiscais crescentes nas contas públicas, descontrole dos gastos, queda das receitas, somados ao isolamento político, perda de apoio no Congresso e escândalos de corrupção: resultado – uma forte recessão econômica jamais vista no país. Este estudo tem por objetivo, analisar, de modo comparativo, o terceiro mandato do Presidente Lula com o segundo governo da Presidente Dilma Rousseff (2014-2016), no contexto da economia. Para o estudo, se utilizou como metodologia uma revisão de literatura, visando responder à seguinte questão de pesquisa: 'O terceiro mandato do Presidente Lula apresenta as mesmas configurações, características e modelo do segundo governo Dilma (2014-2016) na economia?'. Como resultado, viu-se que se fez nítido que o atual governo Lula, em seu terceiro mandato, está repetindo o mesmo modelo econômico utilizado no governo de Dilma. Um modelo que aposta no consumo interno, controle dos preços e intervencionismo, gastar mais do que arrecada e uso de programas sociais populistas que são, na verdade, a marca registrada do PT (Partido dos Trabalhadores). A hipótese de estudo para que se chegue a este resultado, é que tal modelo econômico pode estar ultrapassado, questão que o governo parece ignorar, face ao novo cenário econômico mundial. Contudo, o atual governo Lula não é o governo de Dilma Rousseff, e não guardam semelhanças, possuem estilos políticos e estratégias diferentes. O Presidente ainda conserva carisma, articulação política e um certo capital político.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política fiscal, recessão, investimento público, economia brasileira, desenvolvimento econômico, política econômica

**ABSTRACT:** President Dilma Rousseff, elected for a second term from 2014 to 2016, was impeached as a result of a series of disastrous measures in the management of the economy, which led to uncontrolled inflation, above the center of the target, a slowdown in the economy, low growth rates, weakening of fiscal indicators, all this, combined with external imbalance, rising food prices and the basic food basket, growing fiscal deficits in public accounts, lack of control over spending, falling revenues, added to political isolation, loss of support in Congress and corruption scandals: the result - a severe economic recession never before seen in the country. The aim of this study is to comparatively analyze President Lula's third term in office with President Dilma Rousseff's second administration (2014-2016) in the context of the economy. For the study, a literature review was used as methodology, aiming to answer the following research question: 'Does President Lula's third term present the same configurations, characteristics and model as the second Dilma government (2014-2016) in the economy? As a result, it has become clear that the current Lula government, in its third term, is repeating the same economic model used in Dilma's government. A model that relies on domestic consumption, price controls and interventionism, spending more than it takes in and the use of populist social programs that are, in fact, the hallmark of the PT (Workers' Party). The study hypothesizes that this economic model may be outdated, which the government seems to be ignoring in the face of the new global economic scenario. However, the current Lula government is not the Dilma Rousseff government, and they have no similarities; they have different political styles and strategies. The President still retains charisma, political articulation and a certain amount of political capital.

**KEYWORDS:** Fiscal policy, recession, public investment, Brazilian economy, economic development, economic policy

<sup>1</sup> Graduado em ADMINISTRAÇÃO pela FEB – Fundação Educacional de Barretos (2001). Agente Autônomo de Investimentos autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Docente do Ensino Fundamental, Médio, Técnico e Superior.

## INTRODUÇÃO

O berço do poder no Brasil foi a Monarquia, passando pelas República Velha e Nova, até nossos dias atuais de Presidencialismo. Tivemos Presidentes com inclinações ditatoriais fascistas, como foi o caso de Getúlio Vargas, vários Presidentes militares, até o movimento de eleições diretas, de 1989, que possibilitou a ascensão de governantes com viés de esquerda, bem como o florescimento do movimento políticos de direita o país (CAMPOS, 2024).

Entretanto, independentemente do viés político de esquerda ou direita, o país apresenta uma forte característica arraigada na governança brasileira, pautada em uma política populista, um elemento comum nos países latinos, dado à sua composição étnica cultural, política e histórica (FAUSTO, 2016).

Após a década de 1990, mesmo com o surgimento de movimento político de direita no país, a ala política de esquerda, com propostas políticas de governo populista, começa a emergir no cenário político brasileiro com maior proeminência (CAMPOS, 2024).

Foi justamente essa característica populista que levou o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a se tornar o primeiro Presidente de esquerda no país, de 2003–2006, sendo reeleito para um segundo mandato, de 2007-2010, deixando o cargo com uma aprovação recorde, superior a 80% de avaliação positiva (CURADO, NASCIMENTO, 2015; CAMPOS, 2024).

As principais marcas do governo Lula foram a manutenção da estabilidade econômica, a retomada do crescimento do país e a redução da pobreza e da desigualdade social.

E, para alcançar tais marcas, o governo Lula implementou um conjunto de Programas populistas, como o 'Bolsa Família', o 'Fome Zero', o 'Universidade Para Todos – ProUni', o 'Primeiro Emprego', o de 'Aceleração do Crescimento – PAC', e o 'Minha Casa, Minha Vida', dentre outros.

Esses Programas populistas deram visibilidade, força política suficiente além da alta popularidade e taxa de aprovação ao Governo Lula para que este conseguisse sedimentar o caminho para eleição de sua sucessora, a então Ministra, Dilma Rousseff, eleita para dois mandatos, sendo o primeiro, de 2011 a

2014, e o segundo, de 2014 a 2016, quando sofreu um processo de *impeachment*.

Também de viés de esquerda, populista e filiada ao mesmo partido do Presidente Lula, Dilma dá continuidade às mesmas políticas e Programas, seguindo a mesma linha de governança e gestão, com poucas mudanças (ANDRADE, 2021).

Contudo, é no segundo mandato do governo Dilma Rousseff, período da história brasileira que se estendeu, de 1º de janeiro de 2014 a 31 de agosto de 2016, que a situação econômica e política de seu mandato entorna, com inflação descontrolada, acima do centro da meta, desaceleração da economia, com baixo ritmo de crescimento, fragilização dos indicadores fiscais e desequilíbrio externo, com o peso de fatores externos, alta dos preços dos alimentos e da cesta básica, *deficits* fiscais crescentes nas contas públicas, descontrole dos gastos, queda das receitas, tudo aliado ao isolamento político, perda de apoio no Congresso e um conjunto de escândalos de corrupção, fatos que desencadeiam em seu *impeachment*, em 31 de agosto de 2016.

Curiosamente, o atual terceiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, enfrenta um cenário bastante semelhante, tanto na economia quanto na política, face ao que Dilma enfrentou em seu segundo mandato.

Diante do exposto, este estudo visa a responder à seguinte questão de pesquisa: 'O terceiro mandato do Presidente Lula apresenta as mesmas configurações, características e modelo do segundo governo Dilma (2014-2016) na economia?'.  
AKEDIA vol 17 - 2025 - Semestres 1 & 2  
p-ISSN 2447-7656 e-ISSN 2674-2561  
ANO 11

O objetivo deste estudo, em suma, é o de analisar, de modo comparativo, o terceiro mandato do Presidente Lula, com o segundo governo da Presidente Dilma Rousseff (2014-2016), no que tange à esfera econômica.

Para tanto, este Artigo foi dividido em duas partes, sendo a primeira parte, a que traz um diagnóstico detalhado do segundo mandato da Presidente Dilma Rousseff e, a segunda parte, a que descreve o atual governo no cenário econômico e compara as semelhanças entre ambos.

## DIAGNÓSTICO DO SEGUNDO MANDATO DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF

### 1. O cenário econômico no Governo Dilma Rousseff

Quando a Presidente Dilma Rousseff assumiu a presidência, o Brasil apresentava indicadores macroeconômicos satisfatórios, ou seja, ela recebeu o país, das mãos do Presidente Lula, com uma situação confortável, no que se refere aos principais indicadores macroeconômicos, apesar dos impactos da crise de 2008, e da paulatina recuperação internacional. Com o forte crescimento registrado em 2010, e bons resultados do mercado de trabalho, com uma baixa taxa de desemprego e estabilidade dos preços.

O governo Dilma se beneficiou, por algum tempo e de modo positivo, de algumas variáveis externas na economia brasileira, como a entrada de capitais estrangeiros em volumes significativos, vindos por meio dos Investimentos Diretos Externos (IDE) e das *commodities*, vendidas no mercado internacional, especialmente as agropecuárias, que recuperaram seus valores, após as quedas verificadas no contexto da crise financeira internacional.

Houve, com isso, um início de crescimento econômico, impulsionado pelo consumo interno e pelas reduções de impostos.

Porém, a piora dos resultados econômicos, no governo Dilma (2011-2014), foi fruto de um amplo conjunto de fatores, relacionado à continuidade do baixo crescimento nos países desenvolvidos, especialmente na Europa, condição que adiciona a isto, o fato da economia brasileira ainda ser uma instância relativamente fechada, na qual as exportações estão longe de constituir o elemento mais importante da demanda agregada.

Assim, o choque externo não afetou de modo grave, o nível de demanda agregada, e vê-se que nossas exportações não possuem uma participação tão expressiva em nosso PIB, mas, mesmo assim, o país enfrentou estagnação e inflação, a partir de 2012, com políticas controversas, como a redução das tarifas de energia (CHERNAVSKY, DWECK, TEIXEIRA, 2021).

O governo também apresentou o Plano Brasil Maior (PBM), com um novo desenho das políticas industrial, científica e de comércio exterior, que pretendia, entre outras metas, elevar o gasto com investimento fixo, de 18,4% do PIB, em 2010, para 22,4%, em 2014. Nesse ano, infelizmente, a taxa efetiva de investimento ficou em 18,1% do PIB, abaixo, portanto, da taxa observada, em 2010 (IPEA, 2014).

Por ser um governo populista, Dilma investiu na ampliação de Programas como o ProUni, o Fies, e criação do Pronatec, visando a educação técnica e aprovação da Lei de Cotas, reservando vagas nas universidades para estudantes de escolas públicas, negros, pardos e indígenas.

Enquanto isso, na economia, criou-se um ambiente de incertezas e, como os investimentos privados não reagiram como o esperado, o descompasso entre oferta e demanda surtiu efeitos negativos.

A piora do saldo em transações correntes, fruto da desaceleração da economia mundial e da concomitante queda na demanda por produtos brasileiros no mercado internacional, desencadearam a redução do *superavit* primário do governo, que já era esperada, visto que decorrente da combinação da redução da atividade, com a ampliação de gastos e a renúncia de impostos associadas à política fiscal anticíclica (CURADO, NASCIMENTO, 2015).

Apesar das críticas pontuais sobre a execução das políticas fiscal, monetária e creditícia no contexto da crise, o resultado final é que elas contribuíram para a retomada do crescimento, em 2010, e ajudaram na superação da fase mais aguda da crise global, de setembro de 2008 (CHERNAVSKY, DWECK, TEIXEIRA, 2021).

Mas, a partir de 2012, o cenário interno começou a se deteriorar. A economia brasileira apresentou sinais de estagnação, com o PIB crescendo a taxas menores do que o esperado. A inflação se tornou uma preocupação crescente, levando o Banco Central – BC a adotar medidas de contenção monetária. As políticas de intervenção no setor elétrico, visando à redução das tarifas de energia, e a tentativa de controlar os preços dos combustíveis, foram controversas e resultaram em críticas de economistas e do setor privado (IPEA, 2024).

No governo Dilma, entre 2011 e 2013, a taxa média de crescimento do PIB, foi de pouco mais de 2% ao ano, e declinou ao pífio 0,1%, em 2014 (IBGE, 2015). Com a piora drástica dos resultados fiscais, o governo central registrou *deficit* primário, em seu último ano. O setor externo também apresentou uma evolução bastante desfavorável. Em 2013, o *deficit* em transações correntes atingiu US\$ 81,7 bilhões (BANCO CENTRAL, 2014).

O governo Dilma propôs uma nova matriz econômica sob a liderança de Guido Mantega, do Ministério da Fazenda, uma política estatista e desenvolvimentista, que ampliou os gastos públicos, apoiado, também, pela expansão dos Programas sociais. Entre 2010 e 2014, o resultado foi uma queda no crescimento econômico, enfrentada no país, nas taxas de competitividade mundial e na balança comercial que, em 2012, registrou uma queda de 34,75%, em relação ao ano anterior, o pior desempenho em uma década (CURADO, NASCIMENTO, 2015).

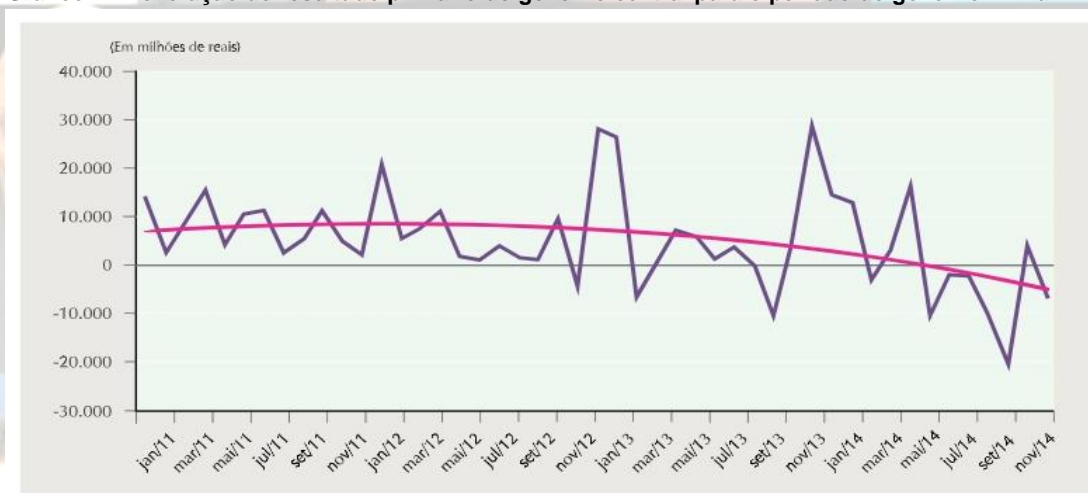
Inerte a isso, o governo manteve praticamente inalterada a política de ampliação de gastos, mesmo com um panorama de crescimento reduzido do PIB, levando a uma piora dos resultados do governo central. A política monetária do governo flexibilizou o regime de metas, reduzindo as taxas de juros, em um quadro de inflação acima do centro da meta. Essas políticas visavam manter a expansão da demanda agregada para promover a recuperação do ritmo de crescimento do produto. Entretanto, os resultados foram o baixo crescimento e a pressão inflacionária, denunciando o fracasso dessa política, fragilizando mais ainda economia (CURADO, NASCIMENTO, 2015).

O Ministério da Fazenda, sob o comando de Guido Mantega, acreditou que as políticas fiscais de caráter anticíclico, associadas a um conjunto de intervenções no sistema econômico, poderiam manter o ciclo de crescimento do PIB, indefinidamente. As políticas de caráter anticíclico foram utilizadas de forma correta, no contexto da crise financeira global de 2008, e apresentaram seu efeito positivo. Porém, acreditar que sustentariam o ritmo de crescimento da economia brasileira ao longo do tempo, foi um erro (CHERNAVSKY, DWECK, TEIXEIRA, 2021).

O governo Dilma ampliou o caráter expansionista da política fiscal. Em um painel de redução do crescimento econômico, a receita total do governo central (em relação ao PIB) foi mantida praticamente inalterada. Aliada à ampliação das despesas do governo central, de 17,5% do PIB, em 2011, para 18,9%, em 2013. O efeito desta política foi reduzir o *superavit* primário, de 2,3%, para 1,9% do PIB entre estes anos, o pior resultado registrado na série, entre 2003 e 2013, com exceção do resultado de 2009, ano em que a crise financeira e as políticas fiscais empreendidas levaram a um *superavit* primário, de 1,2% do PIB (CURADO, NASCIMENTO, 2015; IPEA, 2024).

O Gráfico 1, a seguir, apresenta a evolução do resultado primário do governo central, para o período do governo Dilma.

**Gráfico 1: A evolução do resultado primário do governo central para o período do governo Dilma**



Fonte: Banco Central do Brasil

A piora da situação fiscal evidente, especialmente preocupante, a partir de 2014, ano em que os *deficits* primários passaram a se constituir em regra. A tendência de redução do *superavit* primário persistiu, ao longo de todo o governo Dilma. Em 2011, o governo central gerou um *superavit* primário, de R\$ 93,5 bilhões, caindo para R\$ 88,3 e R\$ 76,9 bilhões nos anos seguintes.

As estatísticas, para 2014, foram ainda piores, alcançando valores negativos de R\$ 32,53 bilhões. A elevação de gastos sem a devida correspondência na elevação das receitas, em um cenário de desaceleração do crescimento economia era a fórmula exata para um desastre.

Com relação à questão fiscal no governo Dilma, deve-se compreender dois aspectos: um, de natureza 'estrutural'; e, outro, de caráter 'conjuntural'.

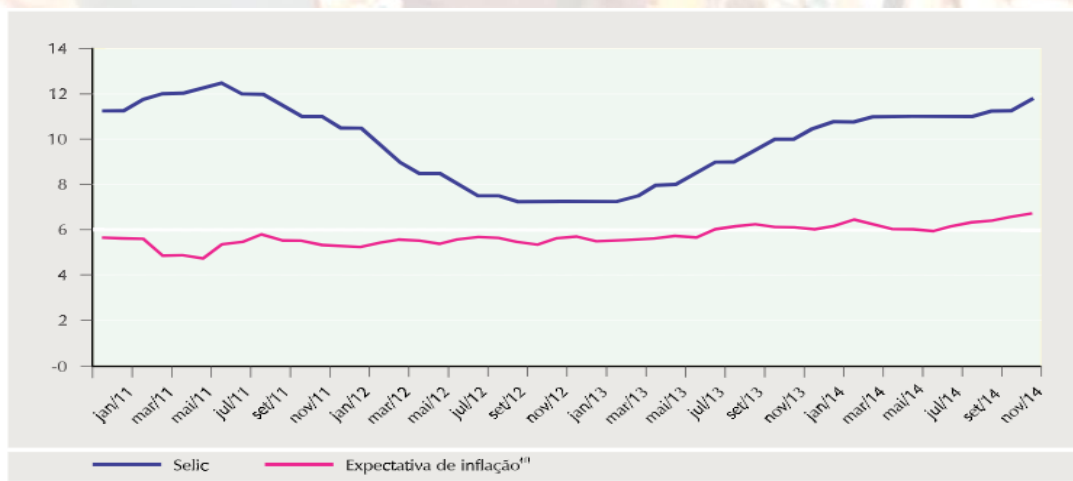
A questão estrutural está relacionada à política fiscal, herdada por Dilma, dos dois governos Lula. A política fiscal de Lula promoveu o equilíbrio num contexto de expansão do PIB, com mais gastos, por um lado, e mais arrecadação, por outro. Todavia, esta estratégia só garante seu equilíbrio fiscal se a economia permanecer crescendo (BRITO, 2014).

Se uma redução do crescimento for mantida, a estrutura de gastos fatalmente piorará o resultado fiscal. E foi isto que ocorreu na gestão Dilma. Além disso, os gestores da política fiscal estavam convencidos do sucesso das medidas empreendidas no contexto da crise financeira, e deram-lhe continuidade, porém, a política fiscal não funcionou como o esperado e o crescimento econômico previsto não correspondeu sistematicamente ao observado. As razões para o fracasso residem nas políticas monetária e cambial.

No regime de metas, a política monetária, especialmente a determinação da taxa de juros básica – é o principal instrumento para o controle da inflação. Quando a expectativa de inflação supera a meta definida, cabe ao BC elevar a taxa de juros (CURADO, NASCIMENTO, 2015; IPEA, 2024). Esta elevação, ao reduzir o nível de demanda e promover a entrada de capital e a consequente valorização da moeda nacional, reduz a pressão inflacionária. A resultante disso, dá-se por uma menor demanda por bens e serviços, menor pressão sobre os produtores.

Da mesma forma, a valorização da moeda reduz o valor dos bens finais e insumos importados, o que também contribui para a convergência entre meta e inflação efetiva. Contudo, para além desse mecanismo, o regime de metas de inflação possui um elemento mais importante do que o mero controle, via taxa de juros. Sua grande vantagem, é que, ao longo do tempo – caso o mercado perceba que o foco da política monetária seja, de fato, atingir a meta estabelecida – esta meta transforma-se em baliza para as expectativas inflacionárias (CURADO, NASCIMENTO, 2015; IPEA, 2024) – ver Gráfico 2:

Gráfico 2: Taxa Selic/COPOM e Expectativa de inflação no Governo Dilma 2011-2014



Fonte Banco Central do Brasil

Como o governo Dilma não compreendeu que a taxa de crescimento sustentada do país, ou seja, aquela que é possível manter por vários anos consecutivos, seria de cerca de 2% anuais, alguns planos se frustraram. Visando criar um ambiente temporário de ‘felicidade’ que elegeesse a sua candidata à sucessão, o então Presidente Lula adotou uma série de medidas de estímulo, levando o PIB a crescer 7,5%, índice comparável ao da China, em 2010, garantindo um otimismo geral culminando no sucesso eleitoral do PT nas urnas (BRITO, 2014).

Ao chegar ao poder, Dilma tentou repetir o mesmo milagre econômico promovido por Lula, mas, o que conseguiu, foi uma inflação de 11%, no ano de 2015, estourando a conta corrente e as contas externas com sucessivas reduções da taxa básica de juros, já no início do governo – as premissas do fim estavam lançadas (BRITO, 2014).

Por outro lado, a dívida bruta brasileira, crescente no governo Dilma, também estava relacionada aos repasses do Tesouro ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, que fornecia crédito barato às empresas, gerando perdas e, após a disparada do dólar, com os leilões de contratos de *swaps* cambiais, usados para conter a desvalorização do real e dar estabilidade ao mercado, todo o contexto piorou (IPEA, 2024).

Dilma aumentou os gastos do governo e ‘comprometeu totalmente as contas públicas’, para tentar estimular a demanda privada, no que ela concluiu:

"A prova é que a gente perdeu o grau de investimento: a trajetória de dívida/PIB é explosiva".

Dilma pensou que isso era uma coisa temporária e não permanente, e que bastaria para ela fazer o que Lula fizera para elegê-la, que o país cresceria a uma taxa de 7,5%, todos os anos, o que, sem dúvida, foi um grande equívoco. A nossa taxa sustentável não passa da média de 2%. Se o país cresce 7,5% num ano, é mais recorrente que tal índice não se repita nos anos seguintes.

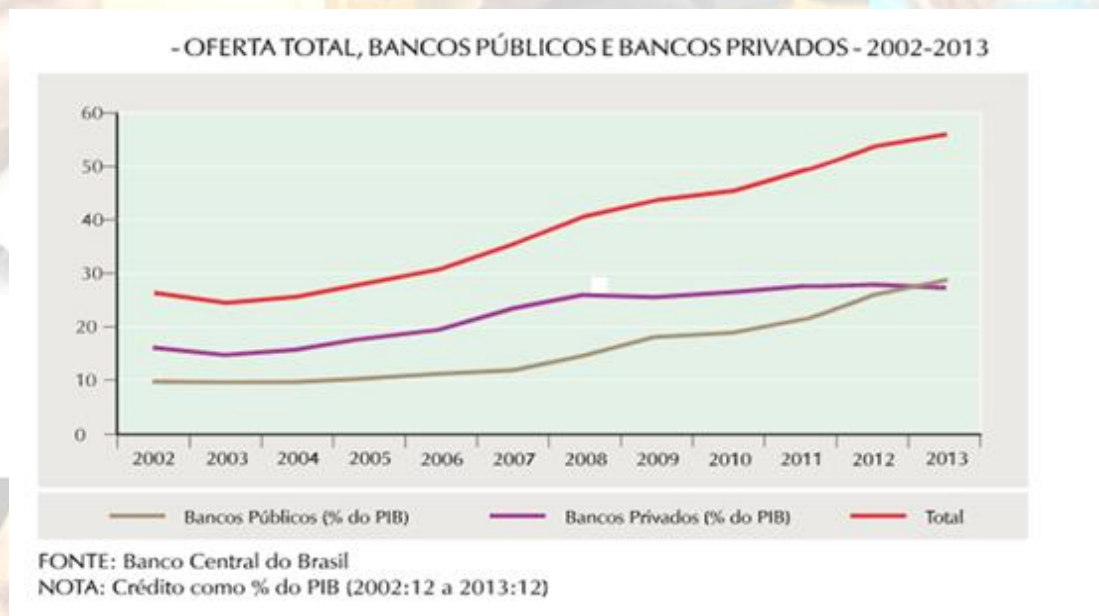
A redução da Taxa Selic, em um contexto de manutenção de expectativas acima da meta, foi um erro, considerando-se o regime de controle de inflação adotado pelo país. Ao realizar a contenção dos preços administrativos da energia elétrica e derivados de petróleo, levando a uma deflação de 2,0%, ao passo que os da gasolina caíram 19%, continuou nos anos de 2012 e 2013, o que foi fundamental para garantir a inflação dentro do limite superior da meta, definida de 6,5%.

Em 2012, a alta acumulada foi de 6,37% para os preços livres, e de 3,59% para os administrados. Em 2013, a política foi ainda mais clara. Os preços livres acumularam alta de 7,06%, contra apenas 1,54% dos administrados. Porém, esta conta, além de não fechar, iria cobrar seus custos em algum momento – e cobrou (CHERNAVSKY, DWECK, TEIXEIRA, 2021).

Atrelado a todo este cenário, o governo estimulava o consumo interno, com uma farta e forte expansão da oferta de crédito no mercado doméstico, irrigada sobretudo pelos bancos públicos à iniciativa privada. Em dezembro de 2002, a oferta de crédito correspondia a 26,1% do PIB, e em dezembro de 2013, chegou a 56%, com a ampliação do peso do crédito ofertado pelos bancos públicos no crédito total.

Em 2013, pela primeira vez na história recente, a oferta de crédito dos bancos públicos superou a do sistema privado nacional e estrangeiro, chegando a 51,2% do total. Este movimento do crescimento da importância dos bancos públicos, na oferta de crédito, é sintoma de problemas na economia, pois denuncia que, mesmo após a retomada do crescimento em

2010, os bancos privados não recuperaram a confiança na economia brasileira (CURADO, NASCIMENTO, 2015; IPEA, 2024) (Ver, abaixo, GRÁFICO 3):



Em 2013, os protestos motivados pelo aumento das tarifas de transporte público, foram um ponto de inflexão e se espalharam pelo país rapidamente, evidenciando a insatisfação com os serviços públicos, corrupção e gastos com a Copa do Mundo, no ano de 2014.

Como se não bastasse, houve uma recessão severa, alta da inflação e *deficits* fiscais crescentes, com tentativas frustradas de ajuste fiscal e aumento do desemprego, agravando a crise econômica. Mesmo com a crise econômica, o governo tentou manter investimentos em Programas educacionais, mas, cortes no Pronatec e Fies, somados a dificuldades financeiras, geraram críticas e frustrações.

Ao final de seu mandato, contudo, a economia enfrentava inflação acima do centro da meta, baixo ritmo de crescimento, fragilização dos indicadores fiscais e desequilíbrio externo. Sem desconsiderar ou superestimar o peso de fatores externos.

O esgotamento do modelo de crescimento do produto, unido a uma flexibilização malsucedida do regime de metas de inflação, culminou com a deterioração da confiança na economia (MENDONÇA, RESENDE, 2021).

## O CENÁRIO POLÍTICO NO 2º GOVERNO DILMA ROUSSEFF

Com um Congresso Nacional fragmentado e hostil, Dilma perdeu o apoio político, mesmo após ter sido eleita com as maiores coalizões partidárias da história. Tal reconfiguração dificultou a aprovação de reformas importantes, originando críticas de sua própria base aliada, devido à gestão econômica e à falta de diálogo, no que Dilma se tornou uma estadista isolada, já que não possuía articulação política necessária.

A relação com o Legislativo foi marcada por negociações complexas e pela necessidade de formar coalizões instáveis. Dilma apresentou erros de articulação institucional, com grande inflexibilidade e resistência à mudança dos rumos, deixando a juntura com o Congresso na mão de articuladores que enfrentaram dificuldades. Dilma errou em suas negociações com o Planalto, teimando em modificar pautas inviáveis de serem levadas adiante, o que levou ao desgaste de seu mandato (BRITO, 2016).

Seu modelo da 'nova matriz econômica', com um conjunto de medidas econômicas, tipicamente intervencionistas, levou ao colapso das contas públicas e a uma recessão profunda, que agravou os desafios para seu governo, gerados pela sua visão estatista do problema e das soluções, alimentando incertezas no horizonte (BRITO, 2016).

Diante de todos esses elementos, o segundo mandato foi politicamente turbulento, com a Operação Lava Jato revelando um vasto esquema de corrupção que enfraqueceu o governo, levando à perda de apoio no Congresso, agravando a crise política. Como se não bastasse, o PT e siglas aliadas foram abatidas pelo escândalo revelado pela operação Lava Jato.

A Operação Lava Jato expôs um esquema de corrupção, envolvendo a Petrobras e políticos, incluindo aliados de Dilma, o que enfraqueceu seu governo e criou um ambiente de desconfiança, apesar de Dilma não ter sido diretamente implicada.

As manobras ou artifícios contábeis feitos por Dilma, para cumprir as metas fiscais, fazendo parecer que haveria equilíbrio entre gasto e receita e a

assinatura de Decretos de suplementação orçamentária, sem a autorização do Congresso, foram um dos reflexos da crise econômica que afetava o país e expressavam a dificuldade do governo em fechar as contas públicas, em um momento de baixíssimo crescimento (VILLAVERDE, 2017).

O *impeachment* de Dilma Rousseff, iniciado em 2015, foi baseado em acusações de ‘pedaladas fiscais’ e Decretos sem autorização legislativa, resultando em seu afastamento e destituição, em agosto de 2016, num processo polarizado e de legitimidade controversa (VILLAVERDE, 2017).

Principais pontos que contribuíram para a queda do governo Dilma Rousseff, em seu segundo mandato:

- Recessão na economia brasileira;
- Encolhimento significativo do PIB;
- Aumento da inflação com níveis acima do centro da meta estabelecida pelo Banco Central;
- Deterioração das finanças públicas;
- *Deficits* fiscais crescentes;
- Aumento da dívida pública; e,
- Ministério da Fazenda e Banco Central sob o comando de Mantega e Tombini cometeram erros que custou caro ao governo.

Para tentar conter tal situação, o governo tentou implementar um ajuste fiscal, com cortes de gastos e aumento de impostos, mas enfrentou forte resistência, tanto no Congresso quanto entre a população, a qual já estava ressentida com a queda do poder de compra e o aumento do desemprego (CURADO, NASCIMENTO, 2015)

No ambiente político, tais tempos foram ainda mais turbulentos que o primeiro. A Presidente enfrentou uma oposição crescente e uma base aliada cada vez mais fragmentada. A Operação Lava Jato, que investigava um vasto esquema de corrupção, envolvendo a PETROBRÁS, políticos e empresários, trouxe à tona denúncias que enfraqueceram ainda mais o governo e abalaram a confiança pública nas instituições. Dilma teve dificuldade em aprovar medidas no Congresso e viu sua base de apoio erodir rapidamente.

## O ATUAL TERCEIRO MANDATO GOVERNO LULA

O Presidente Lula foi eleito em 2022, sob uma intensa campanha populista, com promessas de isenções do imposto de renda para quem ganhasse até R\$5.000,00, passagens aéreas a R\$ 200,00, melhoria de vida para a população de baixa renda e mais um montante de promessas lançadas em meio a um país polarizado, fragmentado após uma Pandemia, inúmeras mortes por COVID19 e muito sofrimento: seu discurso populista convenceu pela emoção, lhe conferindo o terceiro mandato, porém, sem uma vida fácil no Congresso e no Senado.

O atual terceiro mandato do governo Lula já é considerado, por muitos, uma reprise do segundo mandato de Dilma Rousseff, em inúmeros aspectos relacionados à economia e na política.

O atual Presidente recebeu o país após uma Pandemia, fragilizado financeiramente, com recessão internacional, desaceleração da economia Chinesa, e com um teto de gastos instituído pelo Ministro da Fazenda anterior, com uma discussão de Reforma da Previdência, recebendo as contas públicas do último mandatário, o do Presidente Jair Messias Bolsonaro, com um *superavit* de R\$ 54 bilhões (o equivalente a 0,5% do PIB).

Porém, iniciou o mandato com um 'Centrão' político ávido por poder, composto por parlamentares que almejam mais influência no governo, algo que o PT rejeita veementemente e, tal atitude, pode deixar o governo engessado para aprovar pautas de seu interesse.

Assim como Dilma, Lula possui uma base parlamentar frágil, tornando sua governabilidade um desafio constante, fazendo com que o Presidente dependa da liberação contínua de emendas para aprovar suas pautas de interesse. Assim como no governo Dilma, a presença de pautas-bomba gera uma pressão adicional sobre o Orçamento, dificultando o equilíbrio fiscal e o cumprimento de metas econômicas.

Apesar de Lula colecionar algumas vitórias, tais como a aprovação da Reforma Tributária, tem um *deficit* bilionário, sendo um dos maiores dos

últimos 15 anos. As Estatais federais têm as contas no vermelho e devem fechar o ano de 2025 com um *deficit* perto de 3,3 bilhões de reais.

Várias empresas, como os Correios, que apresentavam lucro no governo anterior, estão com *deficit* (RIBAS, 2024).

Na Previdência, a fila de espera do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS já alcança 1,7 milhão de pedidos em espera, com um tempo médio para a concessão do benefício, que aumentou para 41 dias: no começo, o governo prometia zerar tal fila (RIBAS, 2024).

A alta do dólar viveu na sequência de recordes, ultrapassando R\$6,30 reais, no início do ano de 2025, o que impacta fortemente o preço de produtos importados. Afeta, ainda, os preços das *commodities*, como soja e milho, que ficam mais competitivos no mercado externo, o que reduz a oferta interna, gerando inflação. Com os juros incidindo sobre a dívida pública, e um endividamento muito maior, crescendo de forma mais acelerada.

A taxa de juros real (acima da inflação), com a dívida bruta, está perto de 80% do PIB (Produto Interno Bruto), portanto, não há como o país ter um crescimento econômico de 3% do PIB, com o juro real na faixa de 7% ao ano, a inflação em alta, o dólar nas alturas e a Bolsa de Valores com fuga de investidores.

É inevitável que haja uma queda na economia, com um impacto significativo sobre o nível de atividade. Ou o governo reduz os gastos e gera *superavits* primários, para estabilizar ou até baixar a inflação com o tempo, ou reduz a relação dívida/PIB, por meio do aumento da inflação, porque todo o estoque da dívida, que não é indexado à variação média dos preços, acaba perdendo valor (RIBAS, 2024).

Neste momento, o Governo Lula não sinaliza uma recessão no horizonte, como ocorreu no governo Dilma, momento em que o país enfrentou uma retração profunda na atividade econômica, a maior de todos os tempos, com queda acumulada de 7% no PIB, em 2015 e 2016, o que acabou agravando o problema (FUCS, 2024).

Assim, a aposta na fórmula de estímulo da econômica interna, ofertando

crédito à população para estimular o consumo, tende a ser a mesma. Mas, diferente do governo Dilma, elevou-se a Taxa Selic, assim que se viram os dados da inflação (MENDONÇA, RESENDE, 2024).

Aliado a este contexto, temos as recentes pesquisas, que ilustram uma desaprovação recorde do governo, chegando a 53%, o que evidencia uma deterioração do capital político, dificultando uma pretensa reeleição de Lula, em 2026 (CURVELLO, 2025).

Nossa economia ainda não afundou, ao contrário do período sob o governo de Dilma, a economia ainda não atingiu níveis tão críticos sob a gestão de Lula, embora enfrente desafios significativos que já afastaram investidores. A recessão brutal e a inflação explosiva de Dilma parecem distantes, devido às reformas aprovadas nos governos de Michel Temer (MDB) e Jair Bolsonaro (PL) (RIBAS, 2024).

Porém, se o governo continuar gastando sem limites, sem um teto de gastos, e a inflação dispare e corroendo o salário do trabalhador, isso ameaça diretamente sua governabilidade.

O poder da Câmara dos Deputados cresceu consideravelmente desde o período de Dilma, nos governos Temer e Bolsonaro, além do atual. Os deputados exercem uma influência ainda maior sobre a pauta de votações e sobre fatias do Orçamento da União, contudo, enfrentam a pressão do Centrão (RIBAS, 2024).

Diferentemente de Dilma, que não fazia 'corpo a corpo' nas ruas, Lula trava uma batalha por aprovação popular nas ruas, em meio a um ambiente absolutamente polarizado, onde, no momento, a oposição (Direita) está em vantagem nas ruas e redes sociais, principalmente nas mídias sociais, ambiente que o PT e Lula não dominam e desconhecem. Enquanto os líderes de Direita conseguem mobilizar apoio popular nas redes sociais e nas ruas, de forma bem superior do que os governistas, explorando a fragilidades da popularidade e do atual governo (RIBAS, 2024).

## CONCLUSÃO

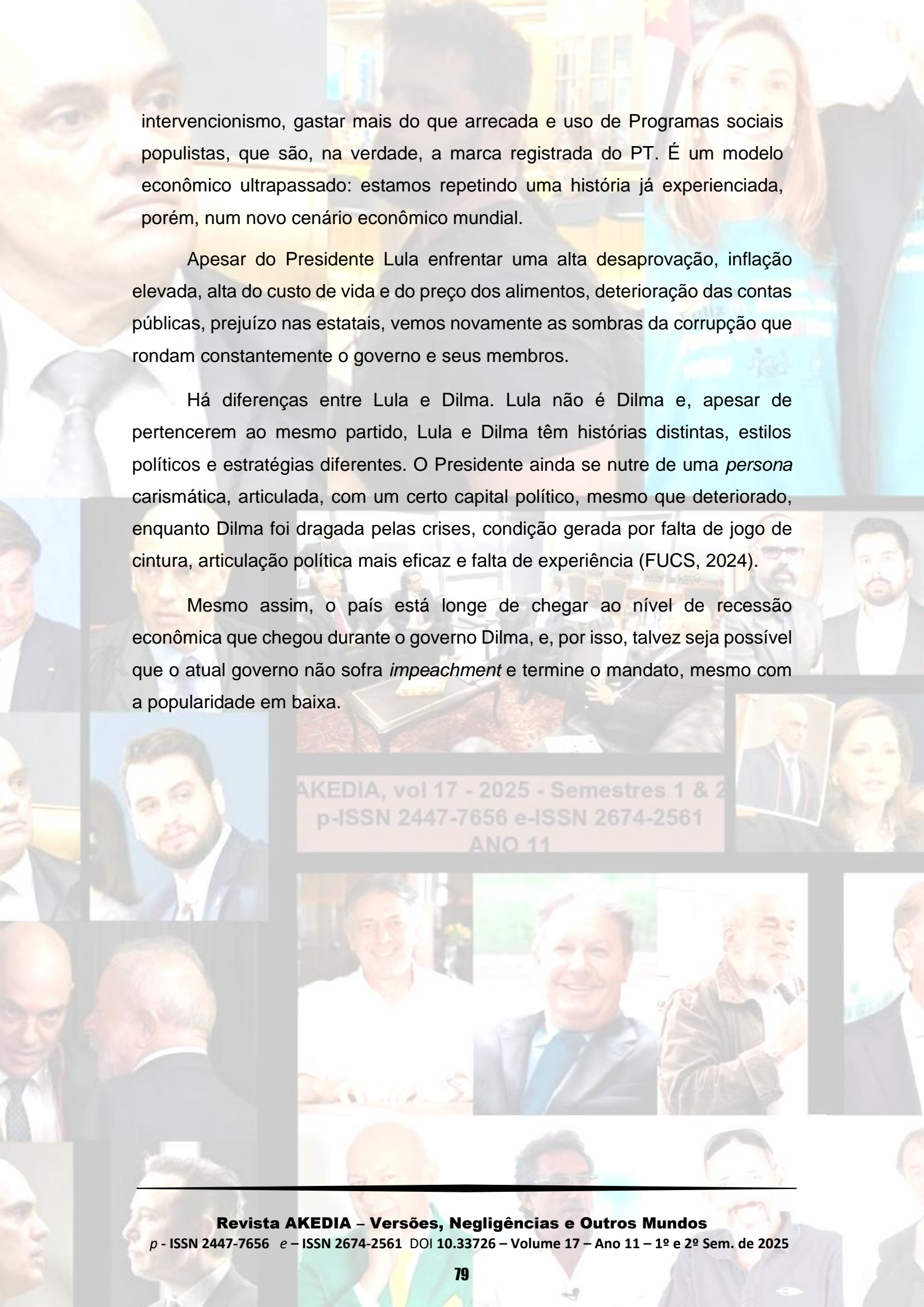
Tanto Lula quanto Dilma demonstram erros na articulação política e resistem em mudar os rumos, deixando a articulação com o Congresso na mão de articuladores que enfrentam dificuldades. Os dois governos apresentam erros de negociação pelo Planalto, somados à teimosia do Presidente em modificar pautas que são inviáveis de serem levadas adiante (FUCS, 2024).

Mesmo após o sepultamento da Lava Jato, novos fatos envolvendo falta de transparência e má gestão de governos petistas voltaram a incomodar e se tornam uma sombra sob a gestão de Lula que, a todo momento, é sinalizado como corrupto. A mesma sombra de corrupção pairou sob o governo de Dilma (MENDONÇA, RESENDE, 2024).

O atual governo Lula segue a mesma receita do governo Dilma, com o aumento dos gastos, o uso de estatais, o controle de preços, conjunto de medidas econômicas tipicamente intervencionistas, porém, acrescenta-se a isso, o aumento substancial de impostos, visando aumentar a arrecadação. E, ainda mais, mesmo os dados sobre desemprego e inflação do IBGE apresentando números estáveis, a população tem uma percepção completamente diferente da realidade, sentindo que a inflação parece mais alta do que tem sido divulgada e o custo de vida tem aumentado e, conseqüentemente, a moeda tem se desvalorizado (RIBAS, 2024).

Isso se explica, em parte, pelo fato dos partidos de esquerda, mesmo quando populistas, uma vez no poder, não são adeptos da livre economia, que é ligada à direita e ao Capitalismo. Portanto, são adeptos do controle do Estado, do intervencionismo estatal em todas as áreas da sociedade, e como resultado, temos um engessamento da máquina pública, um aumento da burocracia, uma menor eficiência do Estado, maior invasão na vida dos indivíduos: tal posicionamento se traduz perfeitamente na economia (BRESSER-PEREIRA, 2017; ANDRADE, 2021; WARD; GUGLIELMO, 2024).

É nítido que o atual governo Lula, em seu terceiro mandato, está repetindo o mesmo modelo econômico utilizado no governo de Dilma. Um modelo que aposta no consumo interno, controle dos preços e



intervencionismo, gastar mais do que arrecada e uso de Programas sociais populistas, que são, na verdade, a marca registrada do PT. É um modelo econômico ultrapassado: estamos repetindo uma história já experienciada, porém, num novo cenário econômico mundial.

Apesar do Presidente Lula enfrentar uma alta desaprovação, inflação elevada, alta do custo de vida e do preço dos alimentos, deterioração das contas públicas, prejuízo nas estatais, vemos novamente as sombras da corrupção que rondam constantemente o governo e seus membros.

Há diferenças entre Lula e Dilma. Lula não é Dilma e, apesar de pertencerem ao mesmo partido, Lula e Dilma têm histórias distintas, estilos políticos e estratégias diferentes. O Presidente ainda se nutre de uma *persona* carismática, articulada, com um certo capital político, mesmo que deteriorado, enquanto Dilma foi dragada pelas crises, condição gerada por falta de jogo de cintura, articulação política mais eficaz e falta de experiência (FUCS, 2024).

Mesmo assim, o país está longe de chegar ao nível de recessão econômica que chegou durante o governo Dilma, e, por isso, talvez seja possível que o atual governo não sofra *impeachment* e termine o mandato, mesmo com a popularidade em baixa.

AKEDIA, vol 17 - 2025 - Semestres 1 & 2  
p-ISSN 2447-7656 e-ISSN 2674-2561  
ANO 11

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Daniela. Populism from above and below: the path to regression in Brazil. In: *Authoritarian Populism and the Rural World*. Routledge, 2021. p. 338-364.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). Disponível em: <[www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br)>. Acesso em: dez. 2024.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. The two forms of capitalism: developmentalism and economic liberalism. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 37, n. 4, p. 680-703, 2017.

BRITO, Adriano. *Em 3 pontos: Por que o governo Dilma não deu certo?*. 2016. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160416\\_porque\\_deu\\_errado\\_ab](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160416_porque_deu_errado_ab). Acesso em 20 de dezembro de 2024.

CURVELLO, Ana Carolina. *Desaprovação de Lula sobe para 51,4% com péssima avaliação na economia*. 2025. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/republica/desaprovacao-de-lula-sobe-para-514-com-pessima-avaliacao-na-economia/>>. Acesso em 10 de fev de 2025.

CAMPOS, Tiago Soares. *Compêndio de História do Brasil – Volume 3: República*. São Paulo: Cosenza, 2024."

CURADO, Marcelo Luiz; NASCIMENTO, Gabrieli Muchalak. O Governo Dilma: da euforia ao desencanto. *Revista paranaense de desenvolvimento*, v. 36, n. 128, p. 33-48, 2015.

CHERNAVSKY, Emilio; DWECK, Esther; TEIXEIRA, Rodrigo Alves. Descontrole ou inflexão? A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica. *Economia e Sociedade*, v. 29, n. 3, p. 811-834, 2020.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2016.

FUCS, José. *Quadro fiscal com Lula 3 está bem pior do que com Dilma 2', diz ex-diretor do BC*. 2024. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/economia/situacao-fiscal-com-lula-3-esta-bem-pior-do-que-com-dilma-2-diz-ex-diretor-do-bc/?srsltid=AfmBOoo7G2H8vyTIPoNoFEnZm61JJ08IPj1x9Nc3LF6i1rBOW8bUPnGq>>. Acesso em 15 de janeiro 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: dez. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Ipeadata pesquisa por tema. Disponível em: <[www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)>. Acesso em: dez. 2024.

MENDONÇA, Daniel de; RESENDE, Erica Simone Almeida. A especificidade do Populismo de Esquerda. *História* (São Paulo), v. 40, p. e2021061, 2021.

RIBAS, Silvio. *Caminho do impeachment? 5 semelhanças e diferenças entre as brigas de Lula x Lira e Dilma x Cunha*. 2024. Disponível em <<https://www.gazetadopovo.com.br/republica/caminho-do-impeachment-5-semelhancas-e-diferencas-entre-as-brigas-de-lula-x-lira-e-dilma-x-cunha/>>. Acesso em 29 de janeiro de 2025.

VILLAVARDE, João. *Perigosas pedaladas: Os bastidores da crise que abalou o Brasil e levou ao fim o governo Dilma Rousseff*. Geração Editorial, 2017.

WARD, Bradley; GUGLIELMO, Marco. People, class, democracy: re-mapping left populism from populist social democracy to popular socialism. *Journal of Political Ideologies*, p. 1-22, 2024.